8 — O requerimento deve ainda ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo das habilitações académicas e profissionais;
- b) Quaisquer outros documentos comprovativos das circunstâncias indicadas como relevantes para apreciação do mérito.

9 — Os(as) candidatos(as) podem, temporariamente, ser dispensados(as) da apresentação inicial da prova documental, devendo, porém, declarar, nos respectivos requerimentos, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos gerais enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e referidos no n.º 3 do presente aviso.

9.1 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9.2 — As candidaturas que não obedecem aos requisitos expressos no presente aviso serão excluídas.

10 — Os métodos de selecção são os seguintes:

- a) Exame psicológico de selecção (eliminatório) — *PSI*;
- b) Exame médico de selecção (eliminatório) — *EM*;
- c) Prova de conhecimentos (eliminatória) — *PC*;
- d) Entrevista profissional de selecção — *EPS*.

11 — A eliminação dos candidatos que não demonstrem possuir aptidões ou não obtenham aprovação nas diversas fases de avaliação é feita pela aplicação dos métodos de selecção indicados no número anterior e de acordo com a mesma ordem sequencial e conforme se especifica:

11.1 — A prova de conhecimentos (*PC*) consiste numa prova escrita, pontuada na escala de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11.1.1 — A prova de conhecimentos versará as seguintes matérias programáticas:

Constituição da República Portuguesa — redacção actual dada pela Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, IV Revisão Constitucional.

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro — Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias.

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Lei n.º 140/99, de 28 de Agosto — estabelece o regime e forma de criação das polícias municipais.

Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março — regula a criação dos serviços de polícia municipal.

Decreto-Lei n.º 40/2000, de 17 de Março — regula as condições e modo do exercício de funções dos agentes de polícia municipal.

Código da Estrada.

11.2 — O exame psicológico de selecção (*PSI*) visa avaliar as capacidades intelectuais e as características de personalidade dos candidatos, a fim de determinar a sua adequação à função de agente de polícia municipal.

No exame psicológico de selecção, serão atribuídas as menções qualitativas de *Favorável preferencialmente*, *Bastante favorável*, *Favorável*, *Favorável com reservas* e *Não favorável*, sendo eliminados os candidatos que não obtenham, pelo menos, a menção *Favorável*.

11.3 — O exame médico de selecção (*EM*) visa avaliar as condições físicas e psíquicas dos candidatos, tendo em vista determinar a sua aptidão para o exercício da função da carreira de polícia municipal, devendo ser respeitada, obrigatoriamente, a tabela de inaptidões constantes do anexo I à Portaria n.º 247-B/2000, de 8 de Maio, de entre outras que se entenda conveniente. No exame médico será atribuída a classificação de *Apto* ou *Não apto*, sendo eliminados os candidatos considerados *Não aptos*.

11.4 — A entrevista profissional de selecção (*EPS*) visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

12 — A classificação final dos candidatos apurados em todas as provas de avaliação será expressa de 0 a 20 valores, resultando da ponderação das classificações obtidas nos diversos métodos de selecção, por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{2PC + 3PSI + 2EM + 3EPS}{10}$$

13 — Os critérios de apreciação e ponderação das provas, do exame psicológico e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

14 — O júri do concurso e do estágio tem a seguinte composição:

Presidente — director do Departamento de Polícia Municipal, subintendente Domingos Urbano Antunes.

1.º vogal efectivo — que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, adjunto de vereador, Dr. Nuno Francisco Piteira Lopes.

2.º vogal efectivo — chefe da Divisão de Gestão dos Recursos Humanos (em regime de substituição), Dr.ª Ana Maria Loureiro Raimundo Cãnas.

1.º vogal suplente — chefe da Divisão do Plano e Orçamento, Dr.ª Maria Teresa Oliveira Torres Santos Varandas.

2.º vogal suplente — técnica superior de serviço social assessora principal, Dr.ª Maria José Costa Silva Torres.

A lista de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no *placard* da Divisão de Gestão dos Recursos Humanos, se o número de candidatos for inferior a 100 ou publicadas no *Diário da República*, 3.ª série, se aquele número for superior.

Os candidatos admitidos serão oficiados sobre a data, hora e local de realização dos métodos de selecção.

15 — Regime de estágio:

15.1 — O estágio rege-se pelo disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com as necessárias adaptações, bem como pelo disposto nos artigos 6.º, 7.º e 24.º, todos do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março.

15.2 — A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária quando se tratar de funcionário nomeado, definitivamente, em lugar de outra carreira e em regime de contrato administrativo de provimento quando o candidato não estiver integrado em lugar do quadro.

19 de Julho de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos (com competência delegada), *Pedro Caldeira Santos*. 3000214132

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso

Nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro (Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local) torna-se público que, por deliberação desta Câmara Municipal, de 26 de Julho de 2006, foi aplicada a pena de demissão ao leitor-cobrador de consumos do quadro de pessoal, Nelson José Ribeiro Rodrigues, dispondo este do prazo de 60 dias para impugnar a mencionada deliberação (artigo 72.º, n.º 4, do referido diploma legal).

9 de Agosto de 2006. — O Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*. 1000304861

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 11 de Janeiro de 2006, foi nomeada, nos termos do disposto nos artigos 73.º e 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, secretária do Gabinete de Apoio Pessoal do vereador a tempo inteiro e vice-presidente desta autarquia, Helena Maria de Melo Garcia Silva, com efeitos a 16 de Janeiro de 2006. Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

4 de Agosto de 2006. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Veradora, *Maria de Lurdes Rodrigues Luís Silva*. 1000304870